

#Partiu Futuro!

Jovens rumo à mudança

Apoio



Realização

NÚCLEO DE
SUSTENTABILIDADE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO
E GESTÃO ESTRATÉGICA

COORDENADORIA DA
INFÂNCIA E JUVENTUDE



TJPE
Tribunal de Justiça de Pernambuco



Ação de apoio a Medida
Socioeducativa de
Prestação de Serviços à
Comunidade

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica/ COPLAN

Coordenadoria da Infância e Juventude/CIJ

SIGLAS E ABREVIATURAS

- **PSC** - Prestação de Serviços à Comunidade.
- **ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente.
- **MSE** - Medida Socioeducativa.
- **JUDWIN** - Sistema de consulta processual on-line que permite o acompanhamento processual na Internet.
- **CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
- **COPLAN** - Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica
- **CIJ** - Coordenadoria da Infância e Juventude
- **PIA** - Plano Individual de Atendimento.
- **SDSCJ** - Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
- **TJPE** - Tribunal de Justiça de Pernambuco

TERMOS TÉCNICOS

- **Medida Socioeducativa** - medida jurídica de conteúdo pedagógico.
- **Prestação de Serviços à Comunidade** - medida socioeducativa aplicada ao adolescente, que realizará gratuitamente, tarefas de interesse geral, observando suas aptidões.
- **Socioeducando** - adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.
- **Equipe técnica interprofissional** - profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência.
- **Orientador socioeducativo** - técnico de referência do CREAS que acompanha o adolescente em cumprimento de medida.
- **Plano Individual de Atendimento** - instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente, elaborado com participação dele, seus familiares e demais envolvidos no acompanhamento do cumprimento da medida.
- **Profissional referência socioeducativo** - profissional de nível superior, ou com função de gerência ou coordenação nos locais de prestação de serviço comunitário, responsável geral tanto pelos adolescentes quanto pelo guia socioeducativo.
- **Guia socioeducativo** - profissional do local de prestação de serviço diretamente ligado ao exercício da atividade realizada pelos adolescentes. (tutor/monitor).

SUMÁRIO

Siglas e abreviaturas

Termos técnicos

1. APRESENTAÇÃO

2. JUSTIFICATIVA

3. OBJETIVOS

4. METAS

5. PÚBLICO

6. METODOLOGIA

6.1 *#PartiuFuturo* - Primeiros Passos

6.1.1 Articulação Geral

6.1.2 Implantação

6.1.3 Acolhimento e Acompanhamento da MSE no TJPE

6.2 Instrumentais de Monitoramento e Avaliação

6.3 Recursos

7. *#PARTIUFUTURO* - A Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade no TJPE

7.1 Os ambientes de PSC e atividades

A avaliação processual como proposta pedagógica

8. MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

1. APRESENTAÇÃO

O *#PartiuFuturo* é uma ação do Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE em adesão ao Programa de Atendimento Socioeducativo de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC, um serviço do Poder Executivo Municipal parceiro na construção e acompanhamento desta iniciativa .

Elaborado pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) em conjunto com o Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica (COPLAN), com acompanhamento técnico do Núcleo de Sustentabilidade/COPLAN e do Núcleo de Planejamento/CIJ, tem por base a responsabilidade institucional de viabilizar atenção social aos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, buscando contribuir para a efetivação da proteção integral e do desenvolvimento pleno desses sujeitos, conforme estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei nº 8.069/90 (ECA).

Na prática oportuniza-se à adolescentes e jovens de até 18 anos, a (re)construção das relações sociais, bem como a ressignificação de comportamentos e atitudes, além do estímulo para o desenvolvimento de uma consciência crítica de direitos, deveres e valores, por meio das relações construtivas à sua formação social e profissional que surgem na realização das atividades.

Nesse sentido, no *#PartiuFuturo* o ambiente de trabalho se transforma em espaço de aprendizado onde estudantes e agentes públicos vivenciam na mediação de suas atividades laborais da corresponsabilidade de cumprimento da medida, que estimula a responsabilização positiva, -e garante os direitos de crianças e adolescentes pernambucanos e restabelece os vínculos sociais.

2. JUSTIFICATIVA

O Tribunal de Justiça de Pernambuco tem incorporado em sua missão institucional a priorização da pacificação social, visando consolidar a garantia dos direitos de cidadania como um dos seus macrodesafios.

No contexto de crescentes manifestações de violência e de banalização da vida na sociedade atual, faz-se urgente que as instituições sociais assumam a responsabilidade no desenvolvimento de iniciativas que colaborem para dar enfrentamento a esse fenômeno.

Nesse sentido, considerando o exercício da responsabilidade social como um dos pilares de gestão a serem expandidos no TJPE na direção do alcance de seus objetivos institucionais, pode-se compreender como pertinente a este propósito, a implementação de ações destinadas ao atendimento de adolescentes e jovens inseridos em programas socioeducativos.

Um levantamento produzido pela Coordenadoria da Infância e Juventude (TJPE) aponta que, em 2017, foram registrados na base de dados do JUDWIN a distribuição de 220 processos com sentença de execução de prestação de serviços à comunidade e 590 sentenças de execução desta mesma medida cumulada com liberdade assistida, totalizando o número de 810 sentenças envolvendo o cumprimento de PSC na comarca de Recife durante aquele ano.

Com relação ao 1º semestre de 2018, consta nas informações disponibilizadas pela Gerência de Divisão dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da região do Recife, uma média de 320 adolescentes e jovens que ingressaram nos equipamentos socioassistenciais para cumprimento de PSC.

Os números anunciados acima chamam a atenção para uma situação alarmante, a qual requisita respostas por meio de intervenções qualificadas em que pese, de um lado, a necessidade de fortalecer e ampliar os espaços de responsabilização dos adolescentes pelo ato infracional praticado sem,

contudo, perder de vista os efeitos pedagógicos que a medida socioeducativa aplicada deve produzir.

Nessa direção, acredita-se que propiciar apoio e orientação aos adolescentes e jovens submetidos ao cumprimento da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, configura-se em uma estratégia dotada de possibilidades capazes de provocar mudanças significativas na vida desses sujeitos.

Para além das competências elencadas pelo ECA ao Poder Judiciário, quais sejam a aplicação, supervisão e o acompanhamento das medidas socioeducativas, o compromisso do Tribunal de Justiça de Pernambuco com o sistema socioeducativo foi ampliado a partir da parceria estabelecida com a Prefeitura do Recife, por meio de Termo de Cooperação Técnica, o qual institui o TJPE como órgão conveniente, reconhecendo-o como espaço para a execução da Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade, conforme recomendações previstas no Decreto Municipal nº 28.212/2014¹ e na Recomendação nº 25/2009 do Conselho Nacional de Justiça².

Desse modo, o programa atua em disponibilizar no TJPE, locais em que possam ser realizadas atividades de cunho pedagógico aos adolescentes em cumprimento de PSC e que são acompanhados pelo programa de atendimento socioeducativo desenvolvido pelo *Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade*, dos respectivos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) instalados na cidade do Recife.

¹ <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2014/2821/28212/decreto-n-28212-2014-institui-na-administracao-direta-indireta-autarquica-e-fundacional-espacos-de-cumprimento-de-prestacao-de-servico-a-comunidade-pelos-adolescentes-e-ou-jovens-em-conflito-com-a-lei>

² <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/871>

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Oportunizar experiências de desenvolvimento pessoal e profissional a adolescentes e jovens em cumprimento de medida de Prestação de Serviço à Comunidade - PSC na Comarca do Recife.

Objetivos Específicos

- Inserir adolescentes e jovens em cumprimento de PSC na execução de atividades e tarefas, cujos processos de aprendizagem contribuam para formação de atitudes e valores construtivos em sociedade.
- Estimular o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos adolescentes e jovens atendidos no processo socioeducativo do Programa.
- Possibilitar a participação dos adolescentes e jovens em programas institucionais do TJPE, voltados à promoção da saúde, cultura e lazer.

4. METAS

- ✓ Ampliar a cada ano, em mais 1 (um), o número de adolescentes atendidos.
- ✓ Incluir, no ano de 2020, 12 (doze) participantes no projeto.
- ✓ Realizar atividade bimestral de orientação e sensibilização, como palestras, encontros e debates, com abordagens temáticas para os adolescentes, equipes de acompanhamento e familiares.

- ✓ Inserir os adolescentes e jovens atendidos pelo projeto em, no mínimo, 1 programa institucional com atividades vinculadas a áreas como: saúde, cultura e lazer.

5. PÚBLICO

Beneficiários diretos

- Adolescentes e jovens de até 18 anos, em cumprimento da Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) na comarca do Recife.

Beneficiários indiretos:

- Familiares dos adolescentes e jovens atendidos pelo Programa;
- Comunidades locais;
- Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS;
- Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição Judiciária

6. METODOLOGIA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)³, em seu art. 112, apresenta as Medidas Socioeducativas passíveis de serem aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei. Os critérios norteadores aos juízes para a fixação das Medidas devem considerar a capacidade do adolescente em cumpri-las, as circunstâncias do ato e a gravidade da infração. Tais definições visam auxiliar na redução dos atos infracionais, promovendo a socioeducação do adolescente com a garantia dos aspectos pedagógicos na ressignificação de valores e atitudes.

Dentre as Medidas Socioeducativas existentes, a Prestação de Serviço à Comunidade (inciso III), detalhada no Art. 117 da Lei 8.069/1990, é estabelecida como a realização de atividades gratuitas que sejam “*levadas a efeito em estabelecimentos prestadores de serviços públicos ou de relevância publica, governamentais ou não, federais, estaduais ou municipais*”⁴.

As atividades devem ser realizadas pelo período máximo de seis meses com até 08 horas semanais. A fixação do prazo, bem como o número de horas semanais deve ser proporcional à gravidade do ato praticado. Esta pode ser executada aos sábados, domingos, feriados e dias úteis, não deve comprometer a frequência escolar ou a jornada de trabalho, assim como considerar as aptidões dos adolescentes e o tipo de ato praticado.

Considerando esses pressupostos, entre as ações direcionadas ao fortalecimento das medidas socioeducativas impera a primazia da inserção de adolescentes em atividades eminentemente pedagógicas, ou seja, aquelas que proponham a educação para a vida social, além das experiências formadoras que contribuam para o desenvolvimento de habilidades profissionais.

Com estabelecimento da meta de acolhimento de 1 (hum) individuo a mais por ano de execução (10 vagas/2019, 12 vagas/2020, e assim consecutivamente), oportunidades distribuídas equitativamente por semestre, a

³ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

⁴ Del-Campo, Eduardo Roberto Alcântara. Estatuto da Criança e do Adolescente. 6ª Edição, São Paulo, Atlas, 2009.

serem disponibilizadas nos espaços de trabalho previamente indicados pela equipe executora, o qual respeitará a devida proporcionalidade entre o perfil do/da jovem a ser encaminhado e o perfil do serviço a ser realizado, observando também as recomendações da equipe técnica do CREAS.

6.1 #PARTIUFUTURO - PRIMEIROS PASSOS

6.1.1 Articulação Geral

Fase dedicada às atividades de desenvolvimento da documentação, elaboração da proposta de Termo de Cooperação Técnica e Plano de Trabalho, análise, aprovação e assinatura dos documentos pelas instituições parceiras, além de reuniões de sensibilização com os gestores (diretores, magistrados e servidores) dos espaços que receberam os primeiros participantes do projeto.

| FASE 1 - ARTICULAÇÃO GERAL | |
|---|--|
| Atividades | Responsáveis |
| Contato e apresentação da proposta de execução do programa aos gestores (diretores, magistrados e servidores) dos espaços de trabalho que receberão os (as) jovens. | Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica, Núcleo de Sustentabilidade, Coordenadoria da Infância e Juventude, Escola Judicial de Pernambuco, Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e Centro de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). |
| Apresentação e sensibilização aos servidores de ação e acompanhamento direto aos participantes do projeto. | Núcleo de Sustentabilidade/COPLAN, Núcleo de Assessoramento em Gestão e Planejamento/CIJ e Centro de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). |
| Ato de Assinatura do Convênio de Cooperação. Publicação no Diário de Justiça Eletrônico. | Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Coordenador da Infância e Juventude e Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Política sobre as Drogas e Direitos Humanos. Representantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente. |
| Apresentar os objetivos e procedimentos do Projeto, assim como o papel dos envolvidos que irão participar da sua execução. Ata de presença. | Núcleo de Sustentabilidade/COPLAN, Núcleo de Assessoramento em Gestão e Planejamento/CIJ, Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Política sobre as Drogas e Direitos Humanos e o Centro de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). |

6.1.2 Implantação

Período para mapeamento, identificação e adesão de equipes e setores estratégicos para inserção dos participantes, indicação do profissional-referência e do guia socioeducativo, definição de perfil das atividades e tarefas

a serem executadas, além da realização de treinamento preparatório de orientação e solenidade de lançamento do *#PartiuFuturo*.

| FASE 2 - IMPLANTAÇÃO | |
|---|---|
| Atividades | Responsáveis |
| Reuniões para definição o local, as atividades, horário para cumprimento da PSC. | Núcleo de Sustentabilidade/COPLAN, Núcleo de Assessoramento em Gestão e Planejamento/CIJ, gestores das unidades e Centro de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). |
| Realização de treinamento dos profissionais de referência, tutores/guias socioeducativos. | Núcleo de Sustentabilidade/COPLAN, Vara Regional de Infância e Juventude da Capital, Núcleo de Assessoramento em Gestão e Planejamento/CIJ e Centro de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). |
| Solenidade de Lançamento do Projeto | Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica Núcleo de Sustentabilidade Coordenadoria da Infância e Juventude Escola Judicial de Pernambuco Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude Centro de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) Jovens e suas famílias Conselhos de Garantia de Direitos à Criança e Juventude Vara Regional de Infância e Juventude da Capital Gestores das unidades de cumprimento da Medida |

6.1.3 Acolhimento e Acompanhamento da MSE no TJPE

Demarca-se o início da execução das atividades com reuniões preparatórios para instruir o acompanhamento a ser realizado pelas equipes, instrução sobre as tarefas a serem desenvolvidas palestras que abordem habilidades interpessoais, projetos pessoais e profissionais, equilíbrio no uso dos recursos naturais como exercício da cidadania e meio ambiente, etc.

O acompanhamento aos participantes é dado de forma pontual em sua recepção junto ao grupo selecionado pelo CREAS para ingresso e depois, em encontros bimestrais coletivos. Essas reuniões repetem-se durante todo o ciclo do grupo, além dos encontros individuais, quando necessário.

Por meio das reuniões consegue-se identificação preliminar das potencialidades e singularidades passíveis de encaminhamentos iniciais além do acompanhamento e avaliação constante por parte da equipe

interprofissional e orientador socioeducativo do CREAS, em apoio conjunto à equipe do Núcleo de Sustentabilidade, com relação à assiduidade, aproveitamento e cumprimento das atividades socioeducativas internas e externas, bem como empreende esforços para a efetiva garantia “dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (ECA, art.4º).

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) realiza o acompanhamento sistemático e orientação do adolescente com a produção de avaliações periódicas (devolutivas) com o profissional referência socioeducativo e o tutor (guia socioeducativo) responsável pelo setor em que as atividades serão desenvolvidas no TJPE, encontros mensais entre o orientador socioeducativo do CREAS e o tutor do TJPE (guia socioeducativo) diretamente ligado ao exercício da atividade socioeducativa realizada pelos adolescentes, além de suas atividades periódicas de acompanhamento da execução da PSC à Justiça da Infância e Juventude para fins de extinção, manutenção da medida, da ocorrência de dificuldades identificadas no decorrer das atividades, e/ou sempre que solicitada pelo Núcleo de Sustentabilidade, na busca coletiva de encaminhamentos para garantir andamento da prestação de medida.

| FASE 2 - IMPLANTAÇÃO (continuação) ACOLHIMENTO E ACOMPANHAMENTO | |
|--|---|
| Atividades | Responsáveis |
| Realização do treinamento dos jovens | Núcleo de Sustentabilidade/COPLAN, Núcleo de Assessoramento em Gestão e Planejamento/CIJ, Centro de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), Varas da Infância e Juventude que acompanham o processo de execução, participantes do #PartiuFuturo, gestores das unidades de atividade e demais coordenações. |
| Início da execução das atividades socioeducativas no TJPE | Núcleo de Sustentabilidade/COPLAN, Núcleo de Assessoramento em Gestão e Planejamento/CIJ e Centro de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). |
| Avaliação Processual do Projeto | Núcleo de Sustentabilidade/COPLAN, Núcleo de Assessoramento em Gestão e Planejamento/CIJ, Centro de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), Varas da Infância e Juventude que acompanham o processo de execução, participantes do #PartiuFuturo e suas famílias, gestores das unidades de atividade e demais coordenações. |
| Avaliação Anual - Coletiva | |
| Avaliação Anual - Coordenação | Núcleo de Sustentabilidade/COPLAN, Núcleo de Assessoramento em Gestão e Planejamento/CIJ e o Centro de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). |

6.2 Instrumentais de Monitoramento e Avaliação

Adotados para exercício do acompanhamento as atividades socioeducativas o uso de instrumentais de controle e avaliação contribuem para o desenvolvimento de responsabilização do ato infracional praticado ao tempo que produz elementos que indicam os caminhos adotados para superação do ciclo infracional e para a mudança de valores pessoais e sociais dos adolescentes.

| INSTRUMENTAIS ADOTADOS | |
|--|--|
| Atividades | Responsáveis |
| Produção de relatório quanto ao cumprimento da MSE de PSC nos espaços do TJPE; | Centro de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) |
| Elaboração de relatório de avaliação pelo tutor, relativo a esta experiência no TJPE. | Tutores e guias socioeducativos - gestores das unidades de atividade e demais coordenações |
| Desenvolvimento de relatório circunstanciado constando informações processuais quanto ao cumprimento da Medida Socioeducativa (se necessário). | Varas Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição Judiciária |
| Preenchimento de ficha de frequência. | Adolescente/jovem participante do programa com observância do tutor. |
| Preenchimento de Questionário #PartiuFuturo | Adolescentes/jovens participantes do programa, famílias, tutores, educadores e técnicos do CREAS |
| Relato dos avanços de adolescente ou jovem participante do programa, apresentado pelos entes externos (família, escola), | Centro de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). |

6.3 Recursos

- **Humanos**

- ✓ Equipe de coordenação do programa com atribuições e competências definidas entre os setores envolvidos (COPLAN, CIJ, entre outros);
- ✓ 05 Tutores (servidores) para realizar o acompanhamento diário das atividades dos adolescentes, com número igual ao número de participantes;
- ✓ Servidor da Vara Regional da Infância e Juventude, responsável pelo acompanhamento das atividades e fiscalização processual dos adolescentes em PSC recebidos no TJPE, se necessário;
- ✓ Equipe da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), para promoção de formação dos tutores preparando-os para o acolhimento, procedimentos e encaminhamentos pertinentes à rotina, além do acompanhamento com dos adolescentes.

- **Financeiros**

- ✓ Vale transporte dos adolescentes, emitido e carregado às expensas do CREAS.
- ✓ Alimentação, às expensas do CREAS conforme acordo entre os cooperantes.

- **Materiais**

- ✓ Equipamentos, transporte, mobiliário e insumos de expediente necessários à realização efetiva das atividades serão garantidos pelo TJPE. Materiais de frequente utilização pelos servidores em suas atividades.

7. PARTIU FUTURO - A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE NO TJPE

A Medida Socioeducativa é um recurso que a autoridade judiciária competente aplica ao adolescente quando em cometimento de infração com consideração as circunstâncias, a gravidade do ato e a capacidade do adolescente em cumpri-la, permitindo uma finalidade pedagógica nas atividades que desenvolverão nas organizações como caminho para inibir a reincidência e promover a ressocialização.

Como programa de acolhimento de adolescentes e jovens em cumprimento de MSE, o *#PartiuFuturo* atua na disponibilidade de espaços no TJPE para prestação de serviços à comunidade que “consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais” (ECA, Art.117).

Para garantir o efetivo cumprimento da MSE procura-se relacionar a essência da atividade a ser cumprida com o perfil do adolescente selecionado pelo CREAS, direcionamento que determina que as tarefas pactuem com as aptidões do participante incentivando na individualidade do ser, a descoberta e

desenvolvimento de sua capacidade e potencial, como a disposição para identificar novos rumos para a vida futura.

Nesse íterim conta-se atualmente com acompanhamento *in loco* e direto do Núcleo de Sustentabilidade que coordena e direciona as atividades do programa em constante interlocução com os adolescentes, CREAS e os tutores que se encontram em exercício de suas funções no Memorial de Justiça, do Núcleo de Ambiência da Secretaria de Gestão de Pessoas, da Assessoria de Comunicação e Cerimonial, departamentos parceiros que conduzem a execução do *#PartiuFuturo* no dia-a-dia numa ação institucional coletiva e potencializadora de proteção social essencial para um atendimento de qualidade no sistema socioeducativo.

7.1 A avaliação como proposta pedagógica no *#PartiuFuturo*

Por se tratar de uma atividade socioeducativa com fins pedagógicos, a mediação do acompanhamento do *#PartiuFuturo* adota como intervenção pedagógica regular a avaliação processual (formativa)⁵ por revelar contundentes demandas individuais dos participantes, acompanhar a construção da aprendizagem, e assim atuar com imediatos e determinantes encaminhamentos em contribuição a evolução do programa.

Pontualmente o processo inicia na análise diagnóstica a partir dos formulários enviados pelo CREAS que descreve as aptidões dos/das adolescentes e na reunião de recepção ao novo grupo onde acontece o processo de sondagem situacional com reconhecimento das habilidades, competências, personalidades e dificuldades.

A reunião de recepção é a primeira atividade coletiva dos encontros formativos que percorrem o programa - estimado em 3 (três) formações coletivas por grupo -, nela há apresentação de todos os envolvidos, do

⁵Avaliar dessa maneira permite acompanhar a construção do conhecimento, identificar eventuais problemas e dificuldades e corrigi-los antes de avançar. <https://novaescola.org.br/conteudo/1411/avaliacao-processual-o-raio-x-do-ensino-e-da-aprendizagem-na-sala-de-aula>

funcionamento do *#Partiu*, as primeiras orientações são feitas e debates temáticos. A regularidade deste instrumental proporciona ao projeto eficácia por meio do acompanhamento diretivo dos coordenadores, gestores, educadores aos/as adolescentes e jovens.

Os encontros acontecem em uma formatação dialógica⁶, que começa na escolha do tema gerador, do conteúdo, do filme, um conjunto estruturado de informes a ser dialogado como estímulo à ação de enfrentamento da realidade em superação aos obstáculos que surgem nas vivências diárias no programa.

Avaliação processual é, portanto, atributo pedagógico fundamental da execução do *#PartiuFuturo* por fortalecer as ações periódicas, inspirar as dimensões de monitoramento da gestão e conceder flexibilidade à execução no decorrer do fluxo do programa redimensionando o atendimento socioeducativo prestado no TJPE.

8. MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

O programa reúne representantes do Judiciário Estadual e Executivo Municipal, com gestores da Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica, a Coordenadoria da Infância e Juventude e a Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição, e da Coordenação do Serviço de Proteção Especial a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), atores, respectivamente, de diferentes áreas das políticas públicas responsáveis por compromissos intersetoriais dentro de sua competência e representação funcional e organizacional.

⁶ Ao olhar freiriano, a dialogicidade é a essência da educação como prática da liberdade. Freire, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. RJ: Paz e Terra, 2011.

| Matriz de Responsabilidades | | | |
|--|--|---|--------------------------------------|
| Setor | Órgão | Atividades | Responsáveis |
| Núcleo de Sustentabilidade | Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica/TJPE | Gerenciamento programa | Rita Borges |
| Núcleo de Assessoramento em Gestão e Planejamento | Coordenadoria da Infancia e Juventude/TJPE | Coordenação Pedagógica. Assessoramento técnico. Articulação intra e extrainstitucional. | Keilla Reis Gizely Couto |
| Coordenação do Serviço de Proteção Especial a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). | Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Política sobre as Drogas e Direitos Humanos Prefeitura do Recife - Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS). | Seleção, encaminhamento e acompanhamento do cumprimento da PSC no TJPE | Marilene Rodrigues Vanessa Pessoa |
| Coordenação do Núcleo do Juízo das Execuções das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (NEMA) | Vara Regional da Infância e Juventude - 1ª Circunscrição Judiciária. | Monitoramento do cumprimento da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade. | Milton Bezerra Betânia Andrade |

9. CONTATOS INSTITUCIONAIS

COORDENAÇÃO GERAL

Núcleo de Sustentabilidade/ TJPE

Email: sustentabilidade@tjpe.jus.br

Fone: 3181-0030

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Núcleo De Assessoramento em Gestão e Planejamento/TJPE

Email: keila.reis@tjpe.jus.br

Fone: 3181-5933/ 3181-5881